

REPENSANDO AS PEDAGOGIAS FEMINISTAS. UMA REFLEXÃO IMPLICADA A PARTIR DO FEMINISMO DECOLONIAL

Yuderkys Espinosa Miñoso

Traduzido por Valéria Araújo

Quero começar agradecendo a LAPES por tornar possível este espaço de conversa e por seu amável convite. Destaco a importância da criação de redes de conhecimento situadas e comprometidas como parte da política por um "mundo onde caibam muitos mundos". Também quero agradecer aos ancestrais que me possibilitaram estar aqui, em particular à grande mãe Yemanjá. E finalmente, agradecer àquelas pessoas que fazem parte do universo compartilhado de sentido de onde articulo meu sentipensar o mundo.

Dividirei esta apresentação em três partes. Na primeira parte, trarei um texto que escrevi durante a pandemia. É uma reflexão sobre a política antirracista como pedagogia liberadora e como ato de amor. Em seguida, apresentarei como conceito, junto com outros irmãs com quem venho caminhando e construindo, o que denominamos de feminismo descolonial. Entre elas está a minha mestra María Lugones, a quem sempre serei grata por seus ensinamentos. Por fim, apresentarei alguns elementos sobre a prática pedagógica e como a temos pensado e praticado em nosso trabalho. Isto é, como transitamos por diferentes momentos de fazer educação popular e educação mais acadêmica, e como isso se tornou uma tentativa sustentada de descolonização dos processos formativos.

A POLÍTICA ANTIRRACISTA COMO PROCESSO PEDAGÓGICO

Começo minhas reflexões trazendo aqui as palavras de Manduca no filme *El abrazo de la serpiente (O abraço da Serpente)*, Guerra, 2015, quando o personagem principal diz a Karamakate: "Se os brancos não aprenderem será nosso fim" ("si los blancos no aprenden, será nuestro fin"). Em tempos de radicalização da política, é preciso parar para pensar o que significa a política como ação transformadora e como pedagogia. Como educadora, sempre adverti que há uma inseparabilidade entre a política e a formação. Uma vez produzida a ferida colonial que atravessa o mundo em suas múltiplas temporalidades e processos de ocidentalização; uma vez produzido o dano, o processo de reparação consiste em uma política voltada para a possibilidade de criação de consciência. Sim, certamente

existem mundos que impedem *un mundo donde quepan muchos mundos* (um mundo onde caibam muitos mundos), como diria a frase Zapatista. A formação para a transformação é um princípio regente e a política é um dos espaços através do qual ela é produzida .

Contrariando certas posições do movimento antirracista e do feminismo Negro contemporâneo que propõem abandonar a formação do sujeito branco privilegiado, reafirmo o espaço da política como um espaço de crescimento coletivo permanente, em que ensinamos e aprendemos uns com os outros e enviamos mensagens aos grupos dominantes que servem à sua reeducação. Acredito firmemente que os discursos que nós ativistas Negras, Indígenas e antirracistas lançamos podem ser mensagens que ajudam a formar novos sujeitos conscientes de seu lugar de maior ou menor privilégio e conscientes de que somos parte daquilo que enfrentamos.

Mas é claro que a política antirracista pode também ser outra coisa, pode se recusar a acompanhar os processos de transformação. Na minha experiência, tenho testemunhado àqueles que, ao fazer política antirracista, preferem seguir outro caminho: o de expulsar a priori tudo o que nos impede de ser, tudo o que impede a realização do nosso mundo. O risco está sempre em nos convertemos naquilo que nos é negado. Reconheço que em certas ocasiões, sair para cortar cabeças pode ser um ato necessário, mas creio que deveria ser reservado àquelas ocasiões extremas em que já foram tentadas outras vias.

Isso não quer dizer que podemos evitar a violência do processo de descolonização. Isso não é possível e Fanon nos alertou: “a descolonização é sempre um fenômeno violento” (1983:20). O confronto entre o mundo do colono e do colonizado, qualquer que seja a forma escolhida, sempre acarreta alguma violência para quem é questionado no seu privilégio. Se mudam a ordem das coisas, não há como a desordem produzida não ser vivida como violência pelo colono; a ação descolonizadora desestabiliza o poder ostentado pelo colono. Nesse sentido, atenta contra ele e seu status. Saber disso, porém, não deve nos levar à falsa conclusão de que tudo é igual e que na política vale tudo. Ao contrário do conhecido ditado, acredito

que o fim não justifica os meios. O processo carrega em si uma mensagem, é um tempo em si que prefigura o que nos tornaremos: e ainda mais, que mostra quem somos no presente contínuo.

Por isso, na minha prática política há um compromisso com a criação de processos, há uma intenção formativa que é estimulada pela esperança de que (des)aprendamos. Como parte dessa tarefa, propus um debate franco e aberto, o confronto necessário com aquelas ideias, ideários, agendas, atitudes que mantêm um compromisso com o sistema do mundo moderno colonial-o que os movimentos territoriais na América Latina denominaram "o modelo de norte". Esse modelo civilizatório reatualiza permanentemente a dominação e o *etno-terricídio*¹, e quando se instala em nível global, ensina modos de ser e estar de acordo com o que o modelo precisa e espera. Esses modos estão profundamente enraizados e permeiam a prática política, bem como a vida que tornamos possível em seu conjunto. Claro que sistematicamente há uns que se beneficiam mais que outros e é preciso desmascarar aqueles que historicamente se beneficiaram como grupo.

O feminismo faz parte de um movimento social que, por exemplo, tem contribuído para que o grupo mais privilegiado da sociedade seja o que mais se beneficia da política que promove. Assim como a política antirracista, a política feminista envia mensagens particulares e, em seu caso, ajudou a formar uma consciência contemporânea através da qual assegura que as mulheres, em geral, são as "oprimidas" e os homens, em geral, são "os opressores". Eu mesma fui doutrinada nela e somente a experiência me levou a conhecer a falsidade desse enunciado e as suas consequências na

1→ O conceito de "*terricídio*" foi criado e proposto pelo Movimento de Mulheres pelo Bem Viver (*Movimiento Mujeres por el buen vivir*) da Argentina, que reúne mulheres de povos originários. Elas definiram o Terricídio como o "assassinato da Mãe Terra". Esta é uma consequência do modelo civilizatório dominante. Está enquadrado na crise geral do capitalismo que leva este sistema ao saque indiscriminado de elementos da natureza para continuar acumulando lucros às custas dos povos, das comunidades, da vida, dos ecossistemas e das forças espirituais [...] *Terricídio* é a violência contra a Mãe Terra e a desapropriação de nossas comunidades e da vida no território". Diante disso, propõem que o *Terricídio* seja considerado crime contra a Natureza e a Humanidade. ("*Campamento climático "Pueblos contra el Terricídio"* (2020), disponível em: <https://desde-elmargen.net/campamento-climatico-pueblos-contra-el-terricidio/>)

vida da maioria das identificadas ou auto identificadas como "mulheres".

Então, com um punhado de feministas radicalizadas e com outras que se declaravam aliadas, fundamos há quase duas décadas o *Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista*, GLEFAS (Grupo Latino Americano de Estudos, Formação e Ação Feminista) e articulamos ao redor desse espaço um discurso crítico que buscou mostrar e identificar a origem do problema que enfrentamos dentro da política feminista. A partir desse espaço e outros que ajudamos a formar, nos declaramos contra toda forma de dominação e, diante das múltiplas violências recebidas, vimos a necessidade de declarar guerra ao feminismo que, ajudadas pelo feminismo Negro nos anos 70 dos Estados Unidos, se denominou de feminismo branco. O aprofundamento dessa análise nos mostrou o compromisso desse feminismo com a matriz civilizatória moderna. Faço parte, então, de uma geração que fez uma incisão na estrutura conceitual e pragmática feminista por seu compromisso com a modernidade², e portanto, com a continuidade da colonialidade e do racismo.

Apesar disso, penso que declarar guerra não é fazer guerra, é apenas um ato de advertência. Na política antirracista que desenvolvo, a declaração de guerra contém, além da raiva, a profunda esperança de mudança e de reparação. Antes de fazer a guerra, antes da expulsão, antes da ruptura, há a declaração, a denúncia respeitosa e bem argumentada, a raiva transformada em mensagem da ferida. E, vale a pena dizer, muito antes da declaração e da denúncia há um longo, longo processo de mediação e persistência na ilusão da irmandade. Somente a profunda desilusão pelo fracasso contínuo te leva a denunciar e declarar guerra perante o tribunal da consciência coletiva. Somente diante do fracasso da declaração é que o próprio exercício da guerra se justifica.

A declaração, então, é o ato de advertência que clama por uma

2 → Ver Espinosa, Yuderlys (2021). *De por qué es necesario un feminismo descolonial*. Barcelona: Icaria; Espinosa, Y.; Gómez, D. & Ochoa, K. (Edits) (2014). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Universidad del Cauca.

resposta que reconheça a dignidade do sujeito agredido. A declaração de guerra e a denúncia devem ter como objetivo abrir o debate, não fechá-lo. Se o que se busca é o cancelamento, se não resta um fio de esperança para a possibilidade de compreensão e transformação, a declaração de guerra é a própria guerra, anula-se o tempo e o espaço que deveriam separá-los. Grave erro, porque de alguma forma todos perdemos algo com a guerra; mesmo quando saímos vencedores perdemos alguma coisa. A violência desencadeada em sua forma extrema, mesmo quando justificada por não haver outra saída, deixa feridas tanto nos vencedores quanto nos vencidos.

Assim, proponho que o que prevaleça em uma denúncia não seja a anulação do sujeito, que é mais uma forma de vingança, de olho por olho, do que um princípio de justiça. Na minha experiência, o que a declaração de guerra busca é evitá-la, seu objetivo é conseguir a atenção necessária para mostrar a ferida infligida, aprender com ela e evitar sua repetição. Se por meio da mediação interpessoal não logramos que se admita o dano causado, necessitamos acudir à comunidade, ao fórum público. Por mais difícil e doloroso que seja para ambas as partes, o debate que se abre com uma advertência ou uma denúncia responsável faz parte do papel formativo que a política transformadora cumpre. O debate e o intercâmbio, por mais difícil que seja, é pedagógico; ensinamos e aprendemos em ambas as vias. Todos nós participantes estamos envolvidos em um processo de ensino e aprendizagem. Todos nós aprendemos com o debate.

Na política antirracista, assim como em qualquer política, devemos a nós mesmos um princípio de responsabilidade compartilhada que nunca deve ser esquecido. Compartilhamos espaços, fazemos coisas em conjunto. Dessa convivência surgem conflitos semelhantes aos da vida cotidiana de qualquer comunidade. Às vezes, dada a intensidade dos momentos que compartilhamos, os conflitos vividos são amplificados. A velocidade e o turbilhão do momento da política não permitem tempo para esclarecer os mal-entendidos, os ressentimentos se acumulam e há pouco espaço para refletir e sanar as feridas que infligimos umas às outras.

Vimos tantos espaços maravilhosos desaparecerem, gente valiosa se machucando por conta de conflitos ou mal-entendidos que poderiam ter sido resolvidos sem cair na desqualificação e no cancelamento mútuo ou de uma das partes. Na minha prática, estou muito atenta a isso: Como contribuí para a situação denunciada? O que realmente está me causando desconforto? A violência que sinto e que me feriu é uma reação à violência que exerço ou é injusta? A resposta que dou é desproporcional ao que me feriu e causa um dano maior do que o que me fizeram? Meu ego está me pregando uma peça e não admite o erro ou os limites do outro? É um comportamento repetitivo ou esporádico? Isso diz respeito apenas a mim ou a muitos? Estou buscando vingança ou cura coletiva? Essas são perguntas que geralmente me faço e que me ajudam a saber quando devo pedir desculpas ou quando devo esperar por elas; quando devo acompanhar o processo de aprendizagem daquele/la que me feriu ou quando devo simplesmente passar para uma fase de confronto mais agressiva, a fim de parar o dano que me é feito ou infligido a outre/s.

Vivemos em uma época em que, tenho presenciado, como recursos e discursos políticos são usados de forma irresponsável e abusiva para legitimar intenções ocultas de vingança, despeito ou anulação do outro. É triste, mas precisamos dizer e entender que quando a denúncia encobre o real motivo do desconforto, e é preciso mentir ou acusar com base em argumentos gerais, isso não só não permite mas dificulta a cura coletiva. E dificulta porque, geralmente, não é o que se busca. Sanar é aprender e todas as partes devem estar dispostas a olhar para si mesmas. Uma política antirracista restaurativa é uma política que se vê como um espaço de aprendizagem. Acredito firmemente que em qualquer problema ou conflito temos que lembrar que todes nós temos nossos lados obscuros, que todes nós temos limites e falhas; é preciso conhecer-se como sujeito em falta antes de chegar à conclusão do que não é tolerável, do que não merece ou que já não vale mais a pena esperar; daquilo que deve ser expulso ou destruído antes que me/nos destrua.

Mas antes de chegar à guerra ou à expulsão, temos que debater,

confrontar, formar, acompanhar. Dar a outra pessoa a oportunidade de aprender e crescer que nos foi dada e que esperamos que nos seja dada. Por isso digo que a busca pela transformação do mundo, para torná-lo melhor, é movido pelo amor. Não nos enganemos, a política feminista antirracista, aquela de que falo, aquela que conheço e que me interessa, é uma política formativa.

Antes de qualquer coisa, somos educadoras em processo de formação contínuo. Aquelas de nós que colocamos nossos corpos escuros, nossas experiências e nossas palavras na frente de um auditório cheio de feministas brancas ou nacionalistas retrógrados ou machistas de esquerda ou de direita, estamos educando a outros ao mesmo tempo em que nos educamos. Quando declaramos guerra, quando gritamos a raiva, quando dizemos basta!, estamos educando. Educamos para que o mundo seja melhor; pensar nossa ação como gesto educativo ou pedagógico nos livra da tentação de fazer dos nossos esforços um simples ato de destruição. O que buscamos é transformar as relações de poder. Se as relações de poder nos constituem, a transformação pela qual contribuimos e a que nos submetemos ocorre em todos os níveis. Nós também nos transformamos nesse ir e vir, no esforço de mudar as estruturas hierárquicas e de submissão.

A ativista é uma educadora que pode fazer bem ou mal o seu trabalho de acompanhar as outras pessoas em seus processos de transformação. A educadora ativista está em contínuo processo de aprendizagem, tropeça a todo momento, sua melhor arma é a humildade de aceitar essa condição de pouco saber. Assim, a educadora ativista torna-se aprendiz e torna-se, como o mundo que tenta mudar, algo melhor do que era antes de entrar na política.

A política, então, é sempre um processo formativo, em que entramos de uma forma e terminamos de outra. Não podemos cair na armadilha de negar o processo de intermediação como parte da política que busca transformar o mundo em algo melhor; as coisas mudam no intercâmbio, ninguém aprende sozinho e ninguém se educa sozinho, nos lembram alguns mestres. O macho não vai desaparecer enquanto não olharmos para a cara dele, tão pouco o

racista. É por isso que desconfiamos da expulsão. O banimento do sujeito cancelado não faz o problema desaparecer, apenas mostra que algo está podre, que algo deve ser cuidado, que algo não está bem na comunidade. Claro, haverá momentos em que não teremos outra saída, mas antes disso há muito o que fazer.

Há uma tarefa ética de se engajar ativamente para mudar o que está danificado e repará-lo. Nessa tarefa, devemos envolver todos, todas, todes. Há uma tarefa para a pessoa ativista e há uma responsabilidade para aqueles que são denunciados. Assumir a política como tarefa pedagógica é saber que se não educarmos o sujeito do mal, ele irá nos exterminar; mesmo quando o expulsamos ou quando o assassinamos, sua doença se espalhará como uma praga e nos devorará. A política antirracista deveria ser sempre um ato de amor, um amor por nós mesmos e nossa comunidade, um amor pelas comunidades que não são minhas, um amor em a relação a tudo o que existe. Devemos lembrar que se o sujeito branco não aprender, será o nosso fim, como diziam naquele filme. Lembre-se que também será o nosso fim se não enxergarmos como o mestre branco vive em nós, por isso a política é uma autoformação transformadora.

FEMINISMO DESCOLONIAL COMO LUGAR DE ENUNCIÇÃO

Agora, de onde estou falando? Tudo isso que acabei de dizer, de onde estou dizendo? De fato, venho de uma longa trajetória de feminismo na América Latina e no Caribe. Comecei no feminismo quando iniciei meus 20 anos na universidade. Venho de uma família da classe trabalhadora e empobrecida e sou uma das primeiras da minha família a chegar a universidade, com um dos sonhos do meu pai Negro, muito determinado que sua filha e seus filhos fossem à universidade como uma possibilidade de melhorar a situação da família.

Meu pai foi um dos meus primeiros mestres. Foi ele quem me ensinou a pensar o mundo, me expressar na primeira pessoa e criar meu destino com responsabilidade. Me dedico a isso. Apesar disso,

percorri um longo caminho até me reconhecer e a reconhecer meu pai como pessoa racializada. Meu pai nunca se reconheceu como um homem Negro e isso nunca foi mencionado ou falado na família. Venho de uma família de revolucionários, de pessoas que acreditam na justiça social, mas não havia consciência de raça, somente a classe prevalecia no discurso e nas preocupações.

Então, quando cheguei na faculdade, já era educada em uma consciência anticlassista e anticapitalista. Mas, para além disso, já tinha uma forte formação para me assumir como sujeito histórico responsável pelas suas ações perante a sua sociedade e perante a sua vida; e com forte consciência dos princípios éticos fundamentais de honestidade, transparência e autocrítica permanente que me acompanham ao longo da minha vida. Fui treinada para realizar um trabalho permanente comigo mesma. Então, quando me encontrei com o feminismo foi um divisor de águas. Digamos que já estava preparada para a política e vou assumi-la com paixão, como tudo na minha vida. Conhecer o feminismo significou deixar-me educar por ele; deixar-me educar pelo feminismo foi desenvolver uma consciência de gênero. Na minha história, isso significou aproximadamente mais 10-15 anos de negação de uma parte fundamental da minha origem. Me envolvi ativamente em uma política que reduzia minha experiência e reduzia a minha visão do por que da dominação. Continuava envolta por um silêncio, em que uma parte importante de quem eu sou era negada, havia algo que escapava a todas as teorias que tinha à minha disposição.

Quando fui morar na Argentina, em 2001, fui cheia de ilusões de ingressar em um movimento feminista radical, autônomo e internacional. A Argentina como o país foco que ilumina o movimento feminista na América Latina. Foi lá que bati a cabeça, onde caí de cara no chão e onde caíram todas as minhas expectativas. O cenário onde finalmente chega a desilusão, não me contaram, eu vivi tudo.

Ali descobri o feminismo como um espaço absolutamente eurocêntrico, racista, no qual uma pessoa como eu, uma dominicana, não seria alguém que pensava ou que escrevia sobre o mundo, mas um corpo que sempre seria o corpo de uma puta. Não que seja um

problema ser uma puta. O problema era a condenação, a discriminação que acompanha a pressunção. Seu corpo não serve para mais nada. Comecei então a buscar algo que colocasse palavras na ferida, várias vezes, realizada. Foi assim que cheguei ao feminismo Negro e de cor nos Estados Unidos e, muito rapidamente, pude introduzir-me nisto que estava surgindo na América Latina, que foi o giro descolonial.

Começamos a construir o feminismo descolonial na América Latina com Ochy Curiel. Nós vínhamos do feminismo autônomo latinoamericano. O feminismo autônomo foi um movimento dos anos noventa que produziu uma das críticas mais potentes ao processo de institucionalização do feminismo na América Latina e no Caribe. Esse movimento foi muito influenciado pelo feminismo da diferença da Itália, França e Espanha. A sua prática estava muito ligada a pensar o mundo de forma autônoma e original. "Trazer o mundo para o mundo" diziam as feministas do grupo filosófico *Diotima*, determinadas a encontrar "sua própria voz". Embora essa voz fosse determinada pelo que apontavam como fato real: a diferença sexual. A sua metodologia de buscar e se comprometer com o próprio pensamento sobre o mundo me lembrava muito o que aprendi com meu pai desde muito jovem. Digamos que foi uma continuidade nessa metodologia de pensamento.

Desde o feminismo autônomo, fizemos uma forte crítica à tecnocratização e institucionalização do feminismo regional; à cooptação de lideranças feministas; ao tráfico de influências; e à agenda feminista hegemônica definida e impulsada em nível internacional a partir dos mecanismos das Nações Unidas e das instâncias multilaterais da chamada "ajuda de desenvolvimento". A partir daí, apostamos em criar um pensamento próprio e denunciar a dependência imperialista do feminismo Latino-americano e Caribenho em relação ao feminismo do norte global e aos discursos emanados dos poderes centrais, em um momento de investida do neoliberalismo e da nova globalização; observando as consequências para nossos países e, em particular, para as mulheres dos setores populares. Foi definitivamente uma ótima primeira

escola, onde várias de nós aprendemos a produzir um olhar crítico sobre o mundo.

No entanto, em um certo momento, esse feminismo autônomo mostrou seus limites. Num trabalho anterior, recorrendo ao meu conhecido método, “*genealogía de la experiencia*” – genealogia da experiência³, recorro às minhas memórias e aos arquivos daquele momento para encontrar as fontes do que acabou nos separando:

No final dos anos de 1990 e na primeira década do século XXI, o feminismo autônomo se encontrava desgastado devido, entre outras coisas, ao descrédito a que o feminismo hegemônico institucionalizado nos condenou; à falta de recursos, graças à nossa posição crítica diante da cooperação das agendas de financiamento; e, por fim, às disputas internas pela liderança e pelo projeto político. Embora a crítica à institucionalização e ONGização do feminismo tenha nos aproximado, depois de uma década, diferenças importantes começaram a aparecer entre nós. As feministas autônomas que iniciaram a corrente no final dos anos 80 abriram o caminho e foi difícil para elas reconhecer as contribuições e a liderança daquelas de nós que nos juntamos apenas alguns anos depois. A dificuldade de nos conhecer era marcada por divergências quanto às alianças políticas e à forma como nos posicionávamos em relação ao tecido social.

No fundo, essas diferenças políticas eram marcadas por diferenças de classe, raça e origem que nos separavam, enquanto funcionavam de forma oculta, e não faziam parte da reflexão e da luta política. Assim, enquanto as feministas autônomas racializadas e/ou provenientes da classe trabalhadora estavam convencidas da necessidade de acompanhar a luta coletiva do povo e das comunidades, organizadas em um momento em que os movimentos sociais e territoriais ressurgiram com força em meio à profunda crise

3 → Ver Espinosa-Miñoso, Yuderlys (sept. 2019). “*Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la Razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina*” en Revista *Dereito & Práxis*, Vol. 10, N. 3. 207-232, Dossiê temático “Repensar a legislação e as políticas públicas desde o antirracismo em contextos europeus e latinoamericanos”, organizado por Sílvia Rodríguez Maeso, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal y César Augusto Baldi, Universidade de Brasília, Brasil.

da década de 1990, devido às medidas de ajuste estrutural e readaptação da política econômica mundial que o neoliberalismo exigia, o velho feminismo autônomo, baseado na política da diferença sexual, apontava para a necessidade de se manter afastado da eclosão social, chegando a proclamar um "feminismo de fora", na voz de uma de suas principais representantes, a chilena Margarita Pisano.⁴

Vale ressaltar que essa diferença não era pequena, se considerarmos a origem de boa parte do movimento, o que tornava impossível nos mantermos de fora das lutas por justiça social em nossas comunidades.

Assim, em meados da primeira década do novo século, nós as autônomas percorremos caminhos que nos separavam internamente. Em 2009, o grupo que havia acordado sobre a necessidade de expandir a luta feminista autônoma, assumindo um compromisso com as mulheres de base e os movimentos mistos em que estavam imersas, decide organizar um encontro feminista autônomo na cidade do México, aproveitando o fato de que algumas de nós estariam participando do *XI Encuentro Feminista de América Latina y El Caribe* (EFLAC), realizado na cidade. O encontro do México reuniu várias de nós que havíamos participado da oficina de autônomas, que aconteceu dentro do 7mo EFLAC do Chile, em 1996, espaço onde a corrente foi configurada; assim como novas gerações de ativistas de diferentes países que vieram do trabalho que, apesar da fragmentação e do descrédito geral por parte do feminismo hegemônico, várias de nós continuamos fazendo; estávamos lá agora em um papel de liderança. Dado ao caráter dessa geração intermediária, sua composição e sua visão política, o encontro do México mostrou alguns eixos de preocupação e problematização ampliados ao tecido social como um todo, que marcavam de forma categórica algumas diferenças com a autonomia feminista dos anos 90, que era liderada por mulheres brancas-mestiças das classes médias da geração anterior. Isso significou uma ruptura definitiva com o antigo feminismo autônomo que levaria, pouco tempo depois,

4 → Ver "El Afuera" en <https://www.mpisano.cl/el-afuera/>

ao surgimento de dois dos movimentos feministas mais relevantes das últimas décadas: o feminismo comunitário e o feminismo descolonial. A declaração final do encontro “*Hacer Comunidad en la Casa de las Diferencias*”⁵ (“*Fazer Comunidade na Casa das Diferenças*”) mostra os fundamentos do programa político já em marcha e que nos levaria a novas trilhas. A feminista descolonial antirracista que sou hoje estava pronta para chegar ao mundo.

O giro que nos levaria ao feminismo descolonial se completaria com a entrada do pensamento feminista Negro e de cor nos Estados Unidos, assim como o projeto crítico de modernidade/colonialidade. A teoria feminista Negra e de cor dos Estados Unidos colocaria em palavras a ferida produzida pelo racismo intrínseco à teoria e ao movimento feminista implantado no tecido social. Uma ferida supurada em silêncio por cada geração de feministas racializadas na América Ladina⁶ e que graças ao trabalho pioneiro que realizamos desde os anos 1990, mas principalmente o desenvolvimento do feminismo antirracista da última década, hoje produz menos dor. A teoria feminista Negra e de cor nos permitiria problematizar a compressão fragmentada da dominação presente na teoria social e em nossos movimentos sociais, especificamente no feminismo e nos movimentos de liberação sexo-genêrica. O chamado giro descolonial nos daria um novo discurso para nomear a ferida colonial e sua concretização na ordem social. A raça como ideia que organiza o mundo globalizado.

Para nós (*nosotras*)⁷ o feminismo descolonial é um movimento em

- 5 → Ver em *Feministas autónomas*. (2010). *Una declaración feminista autónoma: El desafío de hacer comunidad en la casa de las diferencias*. *Debate Feminista*, 41, 202-207. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42625144>
- 6 → “A expressão América Ladina, introduzida pela intelectual Afro-brasileira Lelia González, busca viabilizar explicitamente a presença de Afrodescendentes e Indígenas e as populações mestiças no projeto social de Nossa América e reivindicar esta ancestralidade plural da qual fomos despossuídos.” Ver em: <https://lasaweb.org/es/lasa2020/>
- 7 → Quando digo nós (“*nosotras*”) neste texto me refiro fundamentalmente às companheiras que fazem parte do *Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista* (GLEFAS), com quem tenho desenvolvido as minhas ideias e com quem tenho caminhado e crescido. Atualmente fazem parte do GLEFAS: Ochy Curiel, Carmen Cariño, Celenis Rodríguez, Iris Hernandez, Aymara Llanque, Evelin Martínez, Mar Daza, Evelyng Carrazco, Bienvenida Mendoza. Fizeram parte do GLEFAS María Lugones, Breny Mendoza, Aura Cumes, entre outras.

expansão, que faz parte de uma longa trajetória crítica, daquilo que em minhas análises nomeiei de razão feminista eurocentrada (Espinosa-Miñoso, 2021). Nossa contribuição tem se concentrado em definir e mostrar o compromisso do feminismo com a colonialidade, com a euromodernidade e com o capitalismo racial; bem como, em observar e tornar visíveis as múltiplas formas de resistência à dominação, por parte das mulheres racializadas e suas comunidades. Tornar visíveis as múltiplas formas de resistência das mulheres Afrodescendentes e Nativas nos permite resgatar nossa agência como sujeitos históricos e desmontar a operação que pretende nos apresentar como objetos da ação feminista, ação que tende a cumprir as promessas de liberação individual do projeto moderno. Coerentes com esses propósitos, não nos atribuímos uma originalidade substantiva e sim nos reconhecemos em uma longa história de luta e resistência de mulheres racializadas e dos mundos de onde elas vêm, mundos que foram negados na história do feminismo e da modernidade europeia.

Há algo importante que quero deixar sobre a mesa em relação aos debates e reflexões gerados neste simpósio. De fora, muitas vezes, não é possível ver as diferenças que existem dentro dos movimentos. O feminismo descolonial é um campo de disputa e seria um erro vê-lo de forma homogênea. Na verdade, vejo o feminismo descolonial como um campo em tensão e conflito do qual emana a possibilidade de revisão permanente. Seria um grande erro de leitura homogeneizar e não ver os conflitos, as tensões internas, as posturas e os debates que se posicionam na definição de postulados básicos que o fundamentam e que iluminam os projetos de sociedade desejada.

Como pesquisadora e pensadora, um dos meus compromissos tem sido ajudar a construir uma memória subalterna do feminismo na América Latina, e isso significa poder explicar como se produz a hegemonia dentro dos movimentos sociais e dos movimentos de protesto. Ter vivenciado e estado envolvida no movimento social e feminista por várias décadas, tem nos mostrado e alertado sobre a produção de hierarquias e de poder dentro e fora dos nossos

espaços de ativismo. Reconhecer as formas de produção de hegemonia dentro do movimento nos ajuda no caminho de não repetir os abusos, injustiças e erros que denunciemos lá fora. Isso significa que, para nós, pensar o campo feminista e pensar o campo feminista descolonial implica pensar com cuidado e sutileza. É fundamental avaliar as formas como se definem práticas, ideias, projetos, táticas, discursos e problematização para que surjam do debate e do diálogo horizontal, da busca do consenso e do compromisso responsável no fazer. O método que desenvolvi e denominei de "*genealogía de la experiencia*" –genealogia da experiência– (Espinosa-Yuderkys, 2019) me permitiu recorrer a experiência do ativismo e da luta política para interrogá-la e descobrir o que fazemos quando fazemos política feminista: De que forma a política, feminista ou não, descolonial ou não, atualiza o programa de libertação da modernidade e desobedece seus pressupostos, pondo em ação programas de restituição do vínculo fragmentado da vida, condição essencial para assegurar o bem viver, não só das mulheres ou das subjetividades desprezadas, mas de tudo o que existe? Essa é uma pergunta chave que fazemos no momento em que o feminismo descolonial é anunciado em muitos lugares, ao ponto de corrermos o risco de esquecer a história subalterna que produziu esse movimento.

A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO FERRAMENTA PARA A DESCOLONIZAÇÃO DO

Voltando à questão do trabalho pedagógico da política antirracista e descolonial, o grupo de trabalho de onde venho, GLEFAS, vem pensando há algum tempo em como produzir um movimento feminista a partir de baixo. Aliás, esse foi um dos objetivos pelo qual o GLEFAS surgiu. Procuramos apoiar processos de reflexão crítica sobre a prática política: Como fortalecer e aprimorar nossos movimentos para que suas ações sejam direcionadas aos fins de justiça e bem viver que afirmamos buscar? Essa questão está intimamente ligada à produção de conhecimento, à justiça

epistêmica e aos fundamentos do mundo que sonhamos: Que conhecimento para que mundo? Quais metodologias para qual conhecimento? De que maneira as verdades produzidas por um grupo de mulheres em posição de privilégio enunciativo, graças à sua origem de classe e raça, sustentam e orientam as nossas práticas feministas? De que forma essas verdades que sustentam nossas práticas e projetos de libertação estão comprometidas com os princípios do modelo civilizatório da modernidade europeia? De que modo esses princípios contradizem os princípios do bem viver em relação aos fundamentos de outras ordens da sociedade e, com isso, condenam a maioria das mulheres, as subjetividades desprezadas e as comunidades de onde elas vêm a um regime de opressão sistemática, violência e desaparecimento? De que forma, afinal, nossas práticas contribuem para a expansão desse modelo de morte ou o desafiam?

Isso significou para nós assumir a necessidade de formação política como o único meio para desnudar a rede de significados hegemônicos e desmantelar agendas e estratégias pré-definidas impostas de cima pela racionalidade ocidental moderna. Desde o princípio, apostamos na educação popular e em uma educação descolonizadora para diferentes níveis do tecido social. Estávamos convencidas da necessidade de colocar ferramentas teórico-conceituais, que geralmente não estão disponíveis, nas mãos de ativistas e comunidades em piores condições de privilégio; para poder abordar as perspectivas produzidas sobre as nossas comunidades, traçar esses enfoques permeando nossas análises e, assim, produzir nossas próprias visões, refinar a análise social e avaliar nossas práticas políticas. Começamos a formular e a oferecer programas de formação online e presenciais para ativistas e atores comprometidos em uma época em que ninguém falava sobre feminismo descolonial, nem de pensamento ou política antirracista. Formulamos e organizamos cursos sobre racismo, gênero e sexualidade, movimentos e pensamentos antirracista, colonialidade de gênero, feminismo descolonial, etc. Para GLEBAS, isso era parte de uma estratégia para fortalecer e transformar nossa política. Sem

dúvida, nossos cursos contribuíram para a formação de novas gerações feministas com uma perspectiva antirracista e descolonial. Isto é um elemento muito importante para nós: a educação e a formação antirracista e descolonial não se centram apenas na definição de um sujeito político, mas na definição de um projeto político. Por isso, a formação que oferecemos é uma política comprometida, que não pretende ser neutra, que efetivamente reconhece as diferentes perspectivas, que se posiciona.

Isso significa combater certas ideias de que qualquer mulher Negra ou sujeito Negro faz feminismo Negro. A formação política que oferecemos, a perspectiva para a qual nos interessa contribuir, está muito atenta ao perigo dos essencialismos. Para nós é sempre pensar no projeto político e contribuir para tornar as práticas mais efetivas. Embora não possamos esquecer a materialidade dos corpos e as condições de possibilidade das vidas de quem os carrega, estamos convencidas de que o que nos une são os princípios que definem a sociedade à qual aspiramos, a forma como orientam as nossas práticas e se materializam naquilo que fazemos hoje. Desta forma, nossa formação também mostra aos participantes os limites e as contradições de nossos movimentos feministas Negros, antirracistas, sexo-genêricos e queer...bem como dos projetos das esquerdas contemporâneas.

Existem alguns conceitos que manejamos e que são fundamentais para essa crítica. Alguns deles são: o sistema-mundo moderno colonial, a ideia de raça, a colonialidade do ser, a colonialidade epistêmica, o capitalismo, o eurocentrismo, a colonialidade da razão feminista eurocentrada, o sistema moderno colonial de gênero, a matriz de dominação, as ontologias relacionais e em espiral, as tecnologias de gênero colonial, a antropologia da dominação, a ancestralidade, a comunidade, a comunalidade e a reprodução do comum, o sentipensar, entre outros. Esse vocabulário foi produzido, ao longo dos anos, graças às nossas próprias contribuições, ao encontro das feministas descoloniais com outras teorias comprometidas e com os saberes comunitários e, sobretudo, pela nossa capacidade de abertura e permeabilidade à experiência e

a outros conhecimentos. A formação que oferecemos apresenta aos participantes esse vocabulário comum e os sentidos que ele habilita para outra política.

Para finalizar, quero trazer algumas reflexões metodológicas a respeito da educação política que propomos.

POR UMA EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA DESCOLONIAL

O movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 na América Latina e no Caribe foi, em geral, um movimento comprometido com as lutas populares e contra as ditaduras; grande parte das que compunham esse movimento vinha ou fazia dupla militância com as esquerdas da época. Ao mesmo tempo, vale dizer que o movimento era composto, em grande parte, por mulheres brancas e mestiças, provenientes de uma elite letrada, política e/ou econômica. Comprometidas com a luta de classes e com a luta pela redemocratização, elas acreditavam na educação para a libertação, como seria chamada por seu mentor, Paulo Freire; uma metodologia que serviria para a conscientização das mulheres populares (trabalhadoras, donas de casa, mulheres camponesas, etc) em relação à opressão de classe e gênero. Isso era anunciado como seu objetivo.

Porém, a verdade é que muito do que foi feito naqueles anos foi educar as mulheres dos setores populares e subalternos nas verdades fundamentais elaboradas pela teoria feminista; uma teoria produzida e liderada por mulheres letradas de classe média e alta nos EUA e na Europa. Digamos que sua consciência de classe as levou a acreditar na necessidade de trabalhar com aquelas que viviam em uma escala menor de privilégio, e sua consciência de gênero as levou a afirmar que todas as mulheres eram igualmente oprimidas pelo patriarcado e que (dada a sua consciência de classe) elas tinham que ser educadas visto que eram alienadas pelo patriarcado. Essa situação se agravaria à medida que seus interesses e os de financiamento mudavam no final dos anos 1990, quando a consciência de classe se desvaneceu e a maioria de

nossas feministas se tornou técnica de ajuda ao desenvolvimento e formuladora de políticas de gênero na nova fase neoliberal do capitalismo. Especificamente, o uso que faziam da educação popular era limitado. De fato, as educadoras populares feministas foram capacitadas para utilizar técnicas participativas, mas ao longo do caminho deixamos para trás o que era fundamental: validar o saber das mulheres populares e apostar na sua reconstrução. Tratava-se de levar, através de suas técnicas, o que o feminismo havia produzido sobre qual era o problema das mulheres. Tem a ver com o que algumas feministas pós-coloniais e decoloniais têm chamado de desejo salvacionista do feminismo.⁸ Íamos às comunidades e bairros para dizer às mulheres empobrecidas, Afrodescendentes e Indígenas como elas deveriam interpretar a sua dominação. Essa interpretação estava centrada no gênero e no patriarcado como origem de nossa dominação; e falávamos de um “nós as mulheres”.

Em alguns de meus trabalhos aponto como esse trabalho feminista de educar pelas lentes de gênero contribuiu para a expansão da modernidade como paradigma civilizatório. Essa educação popular feminista, ao não questionar as bases ontoepistêmicas de suas verdades, o que fez foi ajudar a instalar e naturalizar a ideia de sujeito livre e soberano, produzida pela modernidade capitalista, como um ideal emancipatório para as mulheres:

Essas metodologias participativas e libertadoras ajudaram a expandir a ideia de gênero como categoria fundamental para explicar a dominação das mulheres e contribuíram para instalar a ideia de uma mulher liberada como aquela que emula o padrão e o modelo de vida de uma mulher branca europeia de classe média, educada, profissional, urbana e integrada ao modelo de consumo. (Espinosa-Miñoso, 2020: 18)

8 → Ver: Adlbi Sibai, Sirín (2016), *La cárcel del feminismo. Hacia un pensamiento islámico decolonial*, Akal, Madrid.

Em uma entrevista⁹ aponte que para esse feminismo conhecido e expandido em nível global uma dona de casa, uma trabalhadora doméstica, uma trabalhadora rural e uma agricultora não é uma mulher liberada. É algo que deve ser abandonado, é algo que devemos deixar para trás, porque é vergonhoso.

Que tentativas, nós as feministas descoloniais, fazemos para transformar essa pedagogia feminista? Como tentamos descolonizá-la? Para nós, uma pedagogia feminista descolonial implica um processo que começa no questionando da dominação racista, colonial, capitalista e do sistema de gênero colonial moderno. Isso significa colocar em questão os princípios básicos da modernidade, a ideia de progresso, a construção linear da história, a dicotomia humano-não-humano, natureza-cultura, moderno-não-moderno, civilização-barbárie, homem-mulher. O que quero dizer com isso? O que o feminismo nos ensina é que todas as mulheres são oprimidas e todos os homens são opressores; e que nós mulheres temos que nos unir contra o nosso maior perigo, que são os homens. A educação popular feminista descolonial deve ser capaz de ajudar a desmantelar esse tipo de análise universalista e, ao mesmo tempo, fragmentada. Um homem que é varredor de rua ou que limpa a rua ou que limpa a sua casa, um migrante do Caribe do norte que não se atreve a se intitular empregado doméstico, mas está fazendo esse trabalho, qual é o seu lugar no mundo em relação à mulher que o emprega? Assim, buscamos superar o olhar categórico, para produzir uma visão histórica complexa do presente. Nos apoiamos nas críticas e contribuições das teorias e pensamentos produzidos por intelectuais, geralmente, ocultados pela teorização feminista. Também nos interessa o conhecimento coletivo, como nossos povos produzem conhecimento? Como valorizamos esses saberes? O que tem a dizer a avó de 90 anos, a lésbica masculina negra de um bairro da periferia da capital de Santo Domingo?

9 → Ver, "El ideal de mujer del feminismo implica la explotación de la mayoría de mujeres y varones extraeuropeos" entrevista a Yuderkys Espinosa Miñoso por Amanda Andrades. Revista CXTX (Contexto y Acción), 28/8/2020. Disponível em: <https://cxtx.es/es/20200801/Politica/33177/yuderkys-espinosa-feminismo-colonialismo-amanda-andrades.htm#:~:text=En%20pocas%20palabras%2C%20para%20el,no%20es%20una%20mujer%20liberada.>

Ao mesmo tempo que atentamos para uma metodologia que parte dos saberes trazidos pelo povo, e os levamos a sério para ajudar nos processos de tomada de consciência dos discursos que repetimos e das verdades em que acreditamos, apelamos à reconstrução dos conhecimentos comunitário que servem ao bem viver e apoiamos seu aprofundamento e sistematização, colocando nas mãos do povo o pensamento produzido por intelectuais de origem subalterna. Ajudamos a rearticular o olhar e a compreensão da dominação, com base nas suas intuições e experiências e vemos como servem para fazer uma crítica e uma análise co-constitutiva da matriz de dominação. A crítica à modernidade europeia como matriz civilizatória que foi imposta em nível global, colocando em risco a multiplicidade epistêmica, é essencial como ponto de partida.

Acreditamos que, para essa educação popular transformadora descolonial, é fundamental

- a revalorização dos saberes populares ancestrais coletivos;
- sistematizar para recuperar;
- historicizar para compreender o presente e para a construção de uma outra história crítica do poder e da opressão,
- desaprender as verdades produzidas pelas classes dominantes;
- atualizar e retroalimentar a partir dos conhecimentos e experiências de outros povos que também sofreram dominação;
- reconstrução da história de resistência.

A resistência torna-se o centro da nossa formação: de que forma sempre resistimos à dominação e à tentativa de aniquilação? Trata-se afinal de devolver aos condenados do mundo o seu lugar de agentes históricos. Essas histórias de resistência são sempre veladas porque fomos levados a acreditar que precisamos do programa moderno ilustrado para nos libertar e evoluir.

O último ponto que é fundamental para a pedagogia que trabalhamos tem a ver com o objetivo para qual aponta o programa político em que apostamos; um programa que aprendemos com as próprias lutas das comunidades organizadas. O objetivo da política e da resistência é manter, ali onde sua destituição não foi alcançada, e restabelecer, ali onde agoniza, o vínculo comunal assediado e, quando não, rompido ou ferido pelo avanço dos processos de ocidentalização; inclusive os processos de ocidentalização trazidos pelo feminismo. Fortalecer não o eu individual, mas o eu coletivo como garantia do bem viver de tudo o que existe e, portanto, das mulheres em pior lugar de privilégio.■

REFERENCIAS

- Curiel, Ochy. “Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial.” En *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*, edited by Irantzu Mendia Azkue, et al. 45-61. Bilbao: Zubiria Etxea, 2014 <https://publicaciones.hegoa.ehu.euspublications/329>
- Dossiê temático “Repensar a legislação e as políticas públicas desde o anti-racismo em contextos europeus e latino-americanos,” organizado por Sílvia Rodríguez Maeso, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal and César Augusto Baldi, Universidade de Brasília, Brasil, 2019.
- Espinosa-Miñoso, Yuderkys. *De por qué es necesario un feminismo descolonial*. Barcelona: Icaria, 2022.
- Espinosa-Miñoso, Yuderkys. “De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad.” *Revista Solar. Revista de Filosofía Iberoamericana* 12, no. 1 (2017): 141-171.

Espinosa Miñoso, Yuderkys. "El ideal de mujer del feminismo implica la explotación de la mayoría de mujeres y varones extraeuropeos." Entrevistado por Amanda Andrades. *Revista CTXT: Contexto y Acción*, 2, August 28, 2020, Web, <https://ctxt.es/es/20200801/Politica/33177/yuderkys-espinoza-feminismo-colonialismo-amanda-andrades.htm#:~:text=En%20pocas%20palabras%2C%20para%20el,no%20es%20una%20mujer%20liberada.>

Espinosa-Miñoso, Yuderkys. "Sobre el arte de aprender y el oficio de educar como arte de la política." En *Las cómplices: narrativas feministas de aprendizaje en movimiento*. México: El Rebozo Palapa Editorial, 2021.

Espinosa-Miñoso, Yuderkys. "Los desafíos de las prácticas teórico políticas del feminismo latinoamericano en el contexto actual." Edited by Mar Daza, Raphael Hoetmer, and Virginia Vargas. From *Crisis y movimientos sociales en nuestra América. Cuerpos, territorios e imaginarios en disputa*, presented at Democracia y Transformación Global (PDTG) in Teorías Críticas y Transformación Global, (November 2012): 209-226. http://www.academia.edu/1097630/Los_desafios_de_las_practicas_teorico-politicas_del_feminismo_latinoamericano_en_el_contexto_actual

Espinosa-Miñoso, Yuderkys. "Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la Razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina." In *Revista Direito & Práxis* 10, no 3 (setembro 2019): 207-232.

Feministas Autónomas, "Una declaración feminista autónoma: El desafío de hacer comunidad en la casa de las diferencias," *Debate Feminista* 41 (primavera 2010): 202-207. <http://www.jstor.org/stable/42625144>

Guerra, Ciro. *Embrace of the Serpent*. Co-producido en Colombia-Venezuela-Argentina; Ciudad Lunar Producciones, Buffalo Producciones, Caracol Televisión, Dago García Producciones, MC Producciones, Nortedur Producciones, 2015.

Fanon, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Traducido por Julieta Campos. Mexico City: Fondo De Cultura Económica, 1983.

Lugones, María. "Colonialidad y género." *Tabula Rasa* 76, no. 9 (julho-dezembro 2008): 73-101, <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>

Lugones, María, Yuderlys Espinosa, Diana Gómez e Karina Ochoa. "Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo decolonial: una conversa en cuatro voces." In *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir, Tomo I*, editado por Catherine Walsh, 403- 441. Quito: Abya-Yala, 2013.

Pisano, Margarita. "El Afuera." <https://www.mpisano.cl/el-afuera/>.

Sibai, Sirín Adlbi. *La cárcel del feminismo. Hacia un pensamiento islámico decolonial*. Madrid: Akal, 2016.